



RELATÓRIO

Avaliação Institucional

Ano 2022

Triênio 2021-2023

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	2
1.1 DADOS INSTITUCIONAIS.....	2
1.2 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	2
2 METODOLOGIA.....	3
3 DESENVOLVIMENTO.....	5
3.1 PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL.....	5
3.2 POLÍTICAS ACADÊMICAS	7
3.3 RESULTADOS DA PESQUISA CPA	8
3.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	17
4 PÓS-GRADUAÇÃO.....	22
5 ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES	224
5.1 AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE	24
5.2 MEDIDAS IMPLEMENTADAS.....	26
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29

1. INTRODUÇÃO

A avaliação institucional da Faculdade Baiana de Direito (FBD) coaduna-se com seu Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e tem como objetivo, dentre outros, constituir-se em documento fundamental para o processo permanente de levantamento e observação dos fatos institucionais. Além de servir ao diagnóstico e à implementação de melhorias no projeto acadêmico, objetiva consubstanciar-se num verdadeiro processo de autoconhecimento acadêmico. É uma avaliação global e integrada do projeto da Faculdade Baiana de Direito, que procura, através da reflexão sobre práticas e dimensões institucionais, afirmar compromissos, métodos e valores.

É, também, o principal documento para o acompanhamento externo das políticas institucionais e do projeto pedagógico, servindo a cada triênio como mecanismo de avaliação por parte do Ministério da Educação, bem como instrumento para reestruturação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

1.1 DADOS INSTITUCIONAIS

Nome: Faculdade Baiana de Direito e Gestão

Mantenedora: Escola Baiana de Direito Ltda.

Código: 3847

Característica: Instituição Privada de Ensino com fins lucrativos

1.2 COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Comissão Própria de Avaliação Institucional (CPA) está atualmente composta pelos membros abaixo designados:

Coordenador da CPA / membro do corpo docente: Cláudia Albagli
Nogueira

Membro do corpo técnico-administrativo: Jacqueline Andrade Moura

Membro do corpo discente: Maria Eduarda Barreto

Representante da comunidade: Lucca Nascimento

Esta composição corresponde à equipe responsável pelas atividades de avaliação institucional no período anual, sendo este relatório parcial referente ao ano de 2022 e parte do triênio 2021-2023.

2 . METODOLOGIA

O processo de avaliação institucional no ano de 2022 retoma o modelo avaliativo aplicado ao longo dos anos após duas avaliações institucionais em condições especiais em virtude da pandemia COVID-19 e seus impactos no ensino e no cenário acadêmico como todo (ano 2020 e 2021). Considerou-se, contudo, o histórico de mudanças operadas no processo pedagógico e, especialmente, nas condições estruturais em razão da incorporação de novas tecnologias ao processo de aprendizagem e à comunicação institucional. No primeiro semestre a pesquisa foi feita entre os estudantes analisando serviços, infraestrutura, relação docente e aspectos pedagógicos. Com os professores e funcionários a pesquisa foi no segundo semestre, igualmente adotando a avaliação de diferentes aspectos e buscando, ainda, compreender os impactos causados pelo retorno totalmente presencial.

O desenvolvimento dos questionários foi feito pelos membros da CPA, através de reuniões online, com a formulação de questões fruto de reflexão dos relatórios anteriores. Os trabalhos foram divididos em dois momentos: um anterior à pesquisa para a elaboração das questões para a consulta da comunidade acadêmica; e um posterior, para interpretação dos dados e elaboração do presente relatório. A pedido da CPA, a tabulação dos dados coletados foi feita pelo Centro de Tecnologia e Informática da própria Instituição.

Aplicou-se parte da mesma pesquisa para os cursos de pós-graduação e o Baiana Business, MBA de negócios da faculdade.

O instrumento avaliativo de coleta de dados foi elaborado pela própria CPA, com base nas experiências anteriores e nas discussões internas, tendo em vista as seguintes dimensões temáticas:

- ❖ Políticas de atendimento aos estudantes;
- ❖ Projeto pedagógico da graduação;
- ❖ Meios de comunicação da Instituição e sua eficácia junto à comunidade acadêmica;
- ❖ Avaliação qualitativa do corpo docente;
- ❖ Avaliação qualitativa do corpo técnico-administrativo;
- ❖ Avaliação qualitativa do corpo discente.
- ❖ Organização e gestão de Instituição;
- ❖ Eficiência e eficácia administrativo-financeira;
- ❖ Estrutura física (salas, sanitários, serviço de fotocópia, cantina e biblioteca);
- ❖ Autoavaliação do corpo discente, docente e técnico-administrativo.

A divulgação das atividades da CPA se deu de acordo com o público a ser alcançado. Assim, entre os estudantes da Instituição, foi feita divulgação através de cartazes, nas redes sociais e com a colaboração dos alunos membros do Centro Acadêmico Eduardo Espínola. Buscou-se, sempre, conscientizar a comunidade da importância da colaboração e dos efeitos positivos gerados pela efetiva participação. Entre os alunos da pós-graduação, além dos instrumentos mencionados, também foi enviado formulário para avaliação individual das disciplinas cursadas. Entre os docentes e corpo técnico, a divulgação se dá através de circular encaminhada individualmente por email.

A coleta das opiniões dos alunos se deu pela via digital-eletrônica, por meio do acesso à plataforma acadêmica, durante o mês de maio de 2022. Os demais colaboradores e integrantes da comunidade acadêmica responderam ao questionário no segundo semestre de 2022, tanto os docentes como os demais funcionários, por preenchimento manual.

Na consulta à comunidade, os índices de resposta foram satisfatórios, tendo sido de aproximadamente 42% (quarenta e dois por cento) dos estudantes ativos em 2022. Isso por pesquisa espontânea, sem condicionar o acesso ao Portal Acadêmico, portanto, havendo margem de adesão à consulta e assegurando condições para as decisões que se fizeram necessárias ao longo do ano de 2022.

Entre os professores da graduação foram 27 respondentes de um total de 67 docentes, apontando um índice de 40% (quarenta por cento) de atendimento à pesquisa. Este índice foi abaixo do que vinha sendo alcançado nos anos anteriores e demonstra a necessidade de repensar as estratégias de divulgação e a conscientização da comunidade docente em torno da importância da avaliação institucional como instrumento de política acadêmica. Entre os funcionários foram 69 respondentes de um universo de 93 pessoas, o que corresponde a 74% (setenta e quatro por cento) .

Manteve-se, em todos os casos, a prerrogativa da não identificação dos que contribuíram com o processo. Para tanto, o sistema eletrônico não associa as respostas fornecidas ao aluno e as cédulas manuais destacaram a facultatividade da aposição do nome.

3. DESENVOLVIMENTO

O levantamento dos dados no ano 2022, feito por meio de tabulação gráfica, possibilitou destacar a situação dos principais aspectos institucionais em face da comunidade acadêmica.

Vão aqui organizados de acordo com os cinco eixos correspondentes às dez dimensões dispostas no art. 3º da Lei 10.861/2004. São os eixos: planejamento, avaliação institucional e desenvolvimento institucional; políticas acadêmicas; políticas de gestão; e infraestrutura física.

Em item específico, considerando as peculiaridades dos cursos e buscando a clareza e objetividade do presente relatório, vão os resultados e análise das avaliações da pós-graduação e dos cursos *master business* da Faculdade.

3.1 PLANEJAMENTO, AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

A avaliação institucional, realizada desde 2007, vem evoluindo para buscar os resultados mais eficazes, sempre alcançando os três grupos envolvidos no desenvolvimento da atividade acadêmica, quais sejam: discentes, docentes e corpo técnico-administrativo. Os anos de 2020 e 2021 exigiram um rearranjo do instrumento avaliatório e, neste ano de 2022, retomamos as bases da sua aplicação à comunidade, incluindo os resultados das avaliações realizadas pelo Núcleo de Pós-graduação e pela Baiana Business, compreendendo a CPA como avaliação global integrada.

Em consonância com o PDI, numa compreensão de que é a avaliação instrumento fundamental para a sua concepção e realização, tem-se procurado atingir os três fundamentos do funcionamento da Faculdade Baiana de Direito - FBD (ensino, pesquisa e extensão) e, principalmente, o aprimoramento através da indicação das possíveis deficiências, para correção, e dos resultados positivos, para incremento.

Do mesmo modo, quando projetamos a missão institucional, relembrando que a FBD tem, entre as suas peculiaridades, ser uma Instituição ainda de curso único, que preza pela qualidade do corpo docente e por uma sólida formação ética, moral e técnica. A FBD tem o

firme propósito de ofertar uma formação completa aos seus discentes, porque acredita na educação superior como elo responsável pela capacitação do ser humano na formação profissional, mas também na dimensão cultural e humanística, para que ele possa ter um crescimento enquanto indivíduo.

No que se refere à responsabilidade social da Faculdade Baiana de Direito, os relatórios de avaliação institucional anteriores já apontam para um incremento deste viés através da ampliação das suas atividades de iniciação científica, notadamente grupos de estudo que têm como objeto matérias de grande interesse social local. Esses grupos de estudo foram mantidos ativos durante a pandemia assegurando a continuidade das pesquisas e voltando parte delas para a compreensão das relações entre direito e pandemia.

No campo da extensão, o Projeto Direito na Escola leva às escolas públicas de bairros da área de inserção da Faculdade, conceitos básicos de direitos que alcancem a população jovem, tudo através de uma linguagem facilitada para assegurar o alcance do maior número de pessoas.

Por fim, a atuação do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), que realiza atendimento gratuito para consultoria e assistência judicial, impactando positivamente no atendimento à população localizada nas proximidades da Faculdade e outros bairros. Ressalte-se que ao longo do período pandêmico, em que atividades presenciais foram suspensas, manteve-se os atendimentos online para acompanhamento e ingresso de ações, assim como fora realizado acompanhamento específico para situações jurídicas relacionadas à pandemia, o que demonstra a atividade contínua do NPJ.

Através da sua mantenedora, a FBD busca a inserção de alunos por meio de políticas públicas educacionais tais como o PROUNI (em 2022 foram 17 alunos com bolsas parciais e 105 com bolsa integral) e FIES (em 2022 foram 2 alunos), além de programa próprio de bolsas de estudo, tendo garantido a 21 alunos bolsa integral no ano de 2022. Nesse mesmo propósito existe o ACREDITE, programa de parcelamento da Faculdade Baiana de Direito, com objetivo de permanência do estudante na Instituição. Atualmente são 52 (cinquenta e dois alunos ativos) com o ingresso de 21 pessoas em 2022. Considerando a instabilidade econômica e a redução de renda de muitas famílias, a existência desse programa financeiro mostrou-se ainda mais relevante para assegurar o direito à educação daqueles que estão com

suas graduações em curso e que conseguiram manter o vínculo institucional através de negociação diretamente com a Faculdade.

Da mesma forma, a Instituição, por meio da parceria com o grupo Mulheres do Brasil, ofertou bolsas de estudo para mulheres atendidas pelo programa, com o intuito de promover políticas de incentivo à redução das desigualdades de gênero.

3.2 POLÍTICAS ACADÊMICAS

A Faculdade Baiana de Direito vem, ao longo dos seus dezesseis anos de existência, buscando o aprimoramento das suas políticas institucionais. O projeto acadêmico, na perspectiva do ensino, compõe-se de currículo em consonância com as regras do Ministério da Educação e ajustado aos objetivos institucionais.

A Instituição considera importante a graduação pela sua relevância na construção da visão de mundo e da postura política do indivíduo, preparando-o com autonomia e liberdade por meio de um processo educacional que garanta a conciliação da postura ética com a prática profissional para o exercício da cidadania. Também, nos últimos três anos, a FBD vem aprimorando atividades que despertem o aluno para o exercício da alteridade, acreditando que esta é ferramenta essencial à formação do profissional contemporâneo. Daí, por exemplo, a inclusão no currículo da graduação, como disciplina obrigatória Direito e Tecnologia e como disciplinas eletivas Direito e Bioética e Direito e Diversidade, esta última passando a ser componente obrigatório a partir do ano de 2023. Também o favorecimento de metodologias ativas, entendendo o protagonismo e a capacidade de desenvolver soluções, como características essenciais ao estudante frente aos novos cenários das profissões jurídicas.

Diferente não é com a Pós-graduação, onde, buscando a potencialização de especialidades profissionais, bem como o aprimoramento de habilidades como comunicação e criatividade, tem-se expandido o Núcleo de Pós-graduação e a Baiana Business.

Orientada por uma visão interdisciplinar, concebe sua organização didático-pedagógica a partir do avanço da visão restrita de mundo para compreensão da complexidade da realidade; reconhece, assim, que todo conhecimento é igualmente importante. Neste

sentido, procura a integração do ensino com a pesquisa e estimula a extensão por meio de ações factíveis e razoáveis ao seu universo de aplicação.

Nos anos de 2020 e 2021 um esforço conjunto entre os diversos setores da instituição foi feito para adaptação às condições peculiares impostas com a pandemia, preservando o projeto acadêmico na sua perspectiva macro e implementando as mudanças necessárias à realidade do ensino remoto e híbrido. Também houve, pela Coordenação acadêmica, uma política de estímulo ao uso de metodologias compatíveis com o ambiente virtual, inclusive com a contratação de consultoria externa para capacitação docente.

O ano de 2022, por sua vez, representou o desafio do retorno totalmente presencial onde se mostrou necessária a avaliação de quais mudanças poderiam ser incorporadas as novas rotinas presenciais, que instrumentos pedagógicos deveriam ser aproveitados e como readaptar a comunidade de discentes e docentes.

O sistema ÁGATA, ambiente virtual de ensino, por exemplo, foi mantido como espaço de organização das aulas online, de compartilhamento de conteúdos, realização de avaliações e plataforma oficial de interação entre professores e alunos. Torna-se espaço de contribuição ao processo de ensino e aprendizagem de caráter permanente.

Ainda no ano de 2022 a Faculdade retomou algumas práticas pedagógicas tais como a realização semestral do provão, que é uma prova objetiva aplicada a toda comunidade estudantil, assim como a retomada de provas discursivas aplicadas no período das aulas. Dentro do que já foi dito, tudo feito observando as boas práticas pedagógicas assimiladas, mantidas com o retorno presencial. Destaca-se, como já dito, o comprometimento com a perspectiva macro dos objetivos institucionais, destacadamente no que se refere à excelência do ensino e à formação humanística.

3.3 RESULTADOS DA PESQUISA CPA

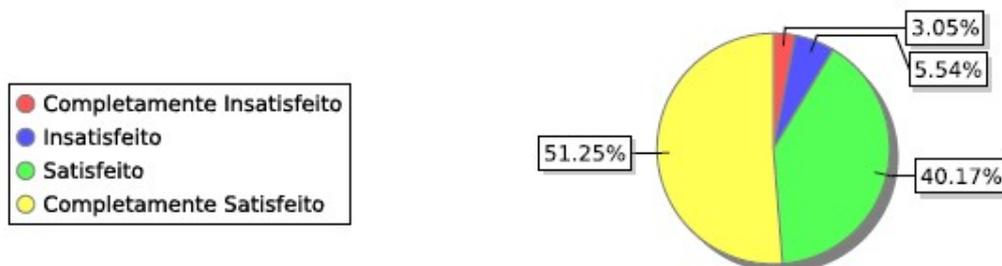
3.3.1 Pesquisa entre discentes

A Comissão Própria de Avaliação estruturou a pesquisa junto aos alunos a partir da análise das relações entre alunado e os setores de suporte da Faculdade, avaliação do processo

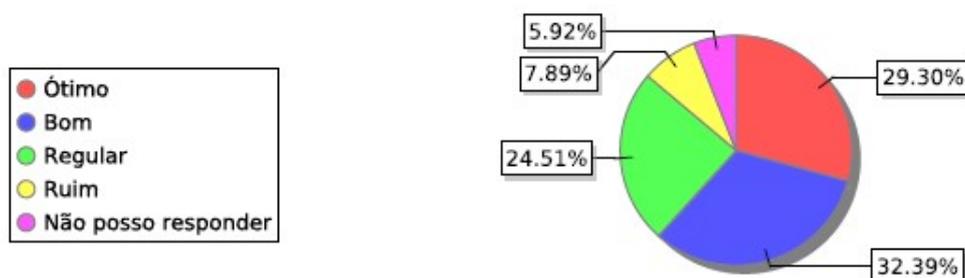
de aprendizado, análise individualizada dos docentes, aspectos tecnológicos, e de infraestrutura

Na sequência apresentamos os principais índices, ressaltando que todos os dados colhidos estarão anexos a este relatório à disposição para eventuais análises das tabulações.

Duas questões foram dirigidas ao processo de formação do conhecimento do aluno, avaliando as condições de aprendizagem a partir do uso de recursos tecnológicos durante as aulas e aspectos pedagógicos do curso. A primeira referente aos **recursos audiovisuais e materiais pedagógicos**, que se constitui em um dos pontos importantes desse retorno presencial quando toda uma nova infraestrutura foi incorporada ao processo de aprendizagem do alunado entendendo como incremento das possibilidades de didática dos docentes. Nessa avaliação, entre satisfeitos e completamente satisfeitos somam mais de 90% (noventa por cento) o que demonstra os ótimos resultados dessas mudanças.



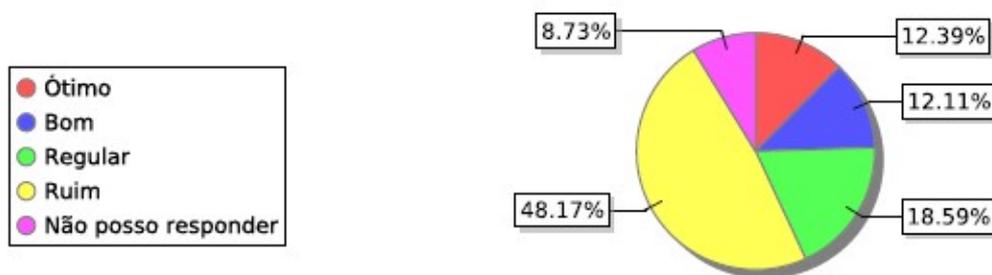
Na pergunta sobre o **uso de metodologias ativas** encontramos igualmente índices positivos na avaliação do alunado, registrando apenas que em torno de 24,51% (vinte e quatro vírgula cinquenta e um por cento) entendem como regular o uso das metodologias ativas, o que será registrado mais a frente como um dos possíveis campos de ação a ser observado.



Na parte acadêmica registramos o aprimoramento do **Núcleo de Atendimento Psicopedagógico** que foi adaptado para atendimentos em condição remota, quando necessário, com acompanhamento daqueles alunos que procuram a Instituição, ou aqueles que sejam indicados para atendimento pela coordenação ou por algum docente. O trabalho da psicopedagoga se constitui em acompanhamento psicológico e suporte na aprendizagem, auxiliando na elaboração de um plano de estudo, de modo a compreender a importância da rotina, engajamento e responsabilidades. É um setor que trabalha diretamente com a Coordenação Acadêmica e Colegiado de curso nas decisões quanto às questões relativas a estudantes que apresentem dificuldade de aprendizado, que precisam redimensionar matrículas ou realizar processos como o de trancamento de matrícula ou extensão de prazos acadêmicos.

Outro ponto muito importante de avaliação ainda na parte acadêmica diz respeito ao retorno do provão como meio de avaliação. O provão se constitui em uma escolha pedagógica da Faculdade Baiana de Direito, realizando semestralmente uma prova objetiva para todos os estudantes a partir do segundo semestre onde avalia-se o aprendizado nos componentes curriculares que o estudante cursou no semestre anterior e nos demais semestres já realizados. Isso através de uma prova objetiva, permitindo ao estudante uma outra metodologia de avaliação, assim como um contínuo processo de aprendizagem dos conteúdos trabalhados ao longo do curso.

Nesta questão responderam os estudantes **em relação ao provão**:



Observamos que a avaliação dos estudantes não foi positiva. Entre ótimo e bom temos índices de aproximadamente 25% (vinte e cinco por cento). Já 48,17 (quarenta e oito vírgula dezessete por cento) avaliam como ruim, chamando atenção para a necessidade de se discutir com a comunidade discente o modelo avaliativo e/ou seu peso. Ao longo das avaliações observa-

se que este ponto já foi objeto de reflexão sugerida pela CPA e que o modelo avaliativo já passou por ajustes.

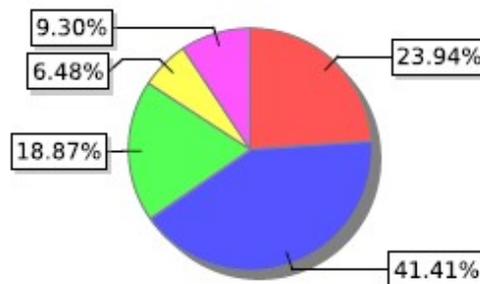
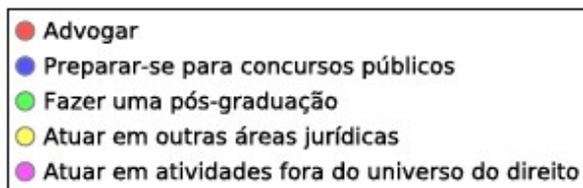
A avaliação do corpo docente pelos alunos se deu através questões que têm como intuito observar a atuação em sala de aula, previsibilidade das ações docentes, assim como uso de metodologias ativas, o que vem sendo posto como prioridade nos últimos anos pela Faculdade Baiana.

Em relação a **clareza nas correções feitas pelos docentes** a avaliação dos alunos é bem equilibrada, avaliam como ótima/boa 43,31% (quarenta e oito vírgula trinta e um por cento). Já a avaliação como ruim soma 36,62% (trinta e seis vírgula sessenta e dois por cento) e 15,77% (quinze vírgula setenta e sete por cento) entendem como ruim a questão da correção.

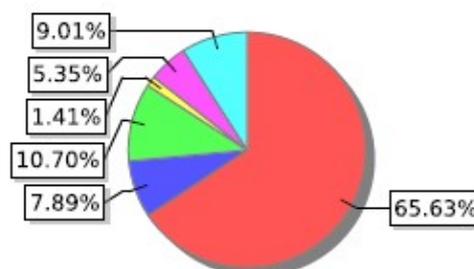
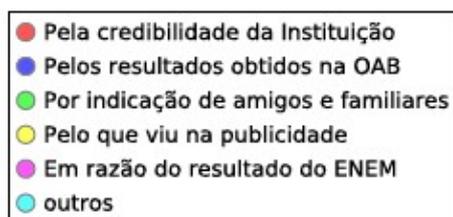
O **aproveitamento do tempo de aula** também foi avaliado. Ressalte-se que uma das questões que envolve o ensino remoto são as condições de permanência do estudante por longo período em frente à tela de computador. Daí que nem sempre a relação entre tempo de aula e aproveitamento de aula são idênticos. Nesta pesquisa, em torno de 70% (setenta por cento) avalia como positivo o aproveitamento do tempo de aula.

Na avaliação de 2022 algumas novas questões foram introduzidas que se mostram importantes para o desenvolvimento do projeto institucional. Questões voltadas à relação de ingresso do aluno na Faculdade Baiana de Direito e também em relação às suas pretensões após a saída da instituição. Nessa questão última em específico buscou-se colaborar com o perfil do egresso dos nossos estudantes.

A primeira questão referiu a **qual a pretensão dos estudantes após a finalização do curso**, tendo sido perguntado se advogar, realizar concurso público, pós-graduação, atuar em outras áreas jurídicas ou atuar fora do universo do direito. Como resultado índices em todos os itens, prevalecendo a busca pelo concurso público, como se vê no gráfico abaixo.



A outra questão pretendeu identificar **o que levou o estudante a escolher a Faculdade Baiana de Direito**, compreendendo dessa maneira o porquê da busca dos discentes e como a Instituição se relaciona no mercado de instituições privadas de ensino. O resultado demonstra que o fator mais evidente é a credibilidade da Instituição, com 65% (sessenta e cinco por cento) dos respondentes terem dito que por essa razão escolheram a Faculdade Baiana de Direito.



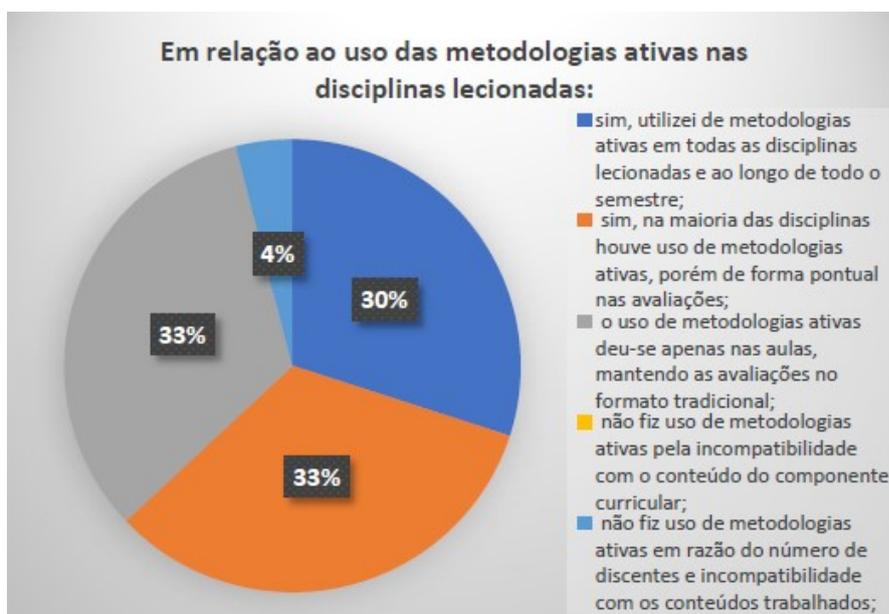
3.3.2 – Pesquisa entre os docentes

A pesquisa à comunidade docente foi feita no segundo semestre de 2022 com o objetivo de avaliar as atividades, além de mensurar a adaptação ao retorno presencial .

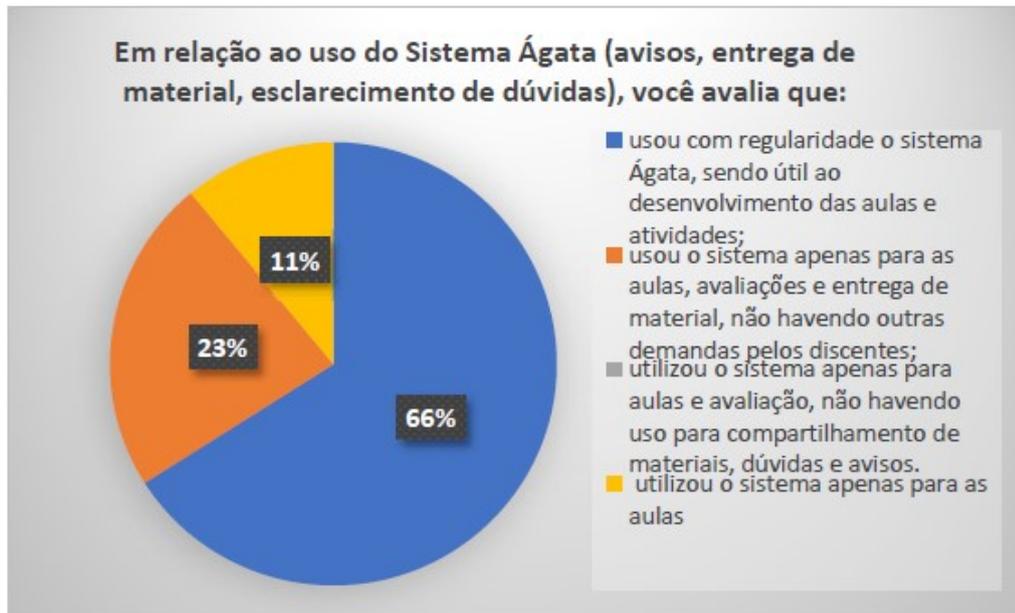
A pesquisa cotemplou as mudanças estruturais implantadas ao longo da pandemia e que ganharam caráter permanente, assim como aspectos tradicionalmente analisados, a exemplo das questões pedagógicas, pertinência da área de ensino e publicações. Também preocupou-se a CPA em avaliar as condições de apoio dadas pela instituição aos docentes, bem como aspectos relativos à saúde, como a higienização e infraestrutura da Faculdade.

Como já mencionado no início deste relatório, no ano de 2022 participaram 27 docentes, o que dá 40% (quarenta por cento) do total de docentes da instituição. Este índice, embora inferior ao ano anterior, garante-nos uma margem de amostra para a avaliação institucional. A CPA segue realizando um esforço de comunicação e sensibilização dos professores quanto a relevância da avaliação.

Entre as respostas, destacam-se questões sobre o **uso de metodologias ativas**. Em sua maioria os professores indicam usar metodologias ativas nas aulas combinadas com as avaliações. Esse resultado atende a um dos propósitos da instituição que é trabalhar alternativas de aprendizagem tornando o estudante não só mero expectador, mas colaborador. Vejamos o resultado:



Quando questionamos sobre o **uso da plataforma Ágata**, atualmente principal mecanismo de comunicação com a comunidade discente, responderam os professores em sua maioria que fazem uso da plataforma não só para acesso às aulas, mas também para atividades dos componentes.



Também foram feitas perguntas sobre **atualização dos docentes**, se estes mantem rotina de atualização, bem como em relação ao número de publicações dos professores.

No que se refere ao aperfeiçoamento 66% (sessenta e seis por cento) dizem participar, enquanto 26% (vinte e seis por cento) responderam que não participam por falta de tempo.



Quanto à publicação de livros, artigos e capítulos de livros, a maioria dos docentes (59%) dizem publicar pelo menos dois por ano e 33% (trinta e três por cento) dizem não ter publicado no último ano, índice significativo que talvez represente a retomada de novas rotinas com o retorno presencial.

Em um item aberto para os docentes, quando perguntamos sobre a possibilidade de incremento do projeto pedagógico da instituição, respostas interessantes vieram, em especial algumas indicando a necessidade de maior direcionamento para a prática jurídica e pensar padronização de meios ou mecanismos de engajamento dos estudantes pelos professores.

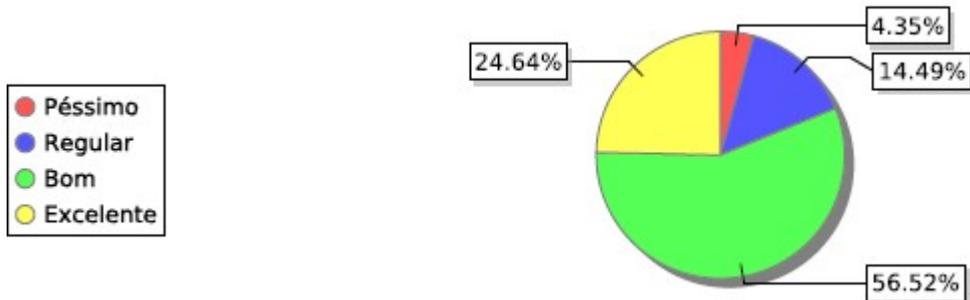
Em outra questão aberta sobre o perfil do alunado também traz importantes reflexões, professores falam sobre uma percepção de ausência de engajamento dos alunos, crescimento de questões psicológicas e segmentação entre alunos de origens sociais diferentes. Pontos a serem indicados no item de ações ao final deste relatório.

3.3.3 – Pesquisa entre o corpo técnico

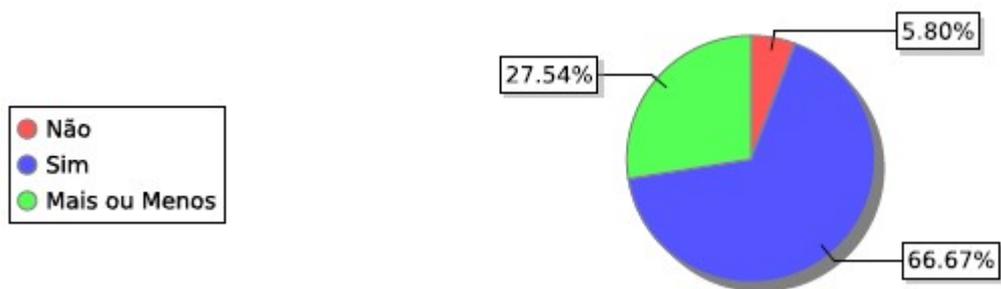
O corpo técnico foi ouvido através da pesquisa CPA realizada por questionário impresso não identificável, buscando igualmente avaliar o retrono presencial, olíticas novas que foram implantadas diante desse processo e análise dos elementos habituais relcaionados ao desenvolvimento das atividades administrativas.

Entre os funcionários foram 69 respondentes de um universo de 93 pessoas, o que corresponde a 74% (setenta e quatro por cento) de atendimento à pesquisa da CPA. Esse índice representa excelente número de servidores. Dentre esses 42% (quarenta e dois por cento) são funcionários a mais de cinco anos, constituído um corpo técnico com permanência, o que contribui para a construção de uma memória institucional.

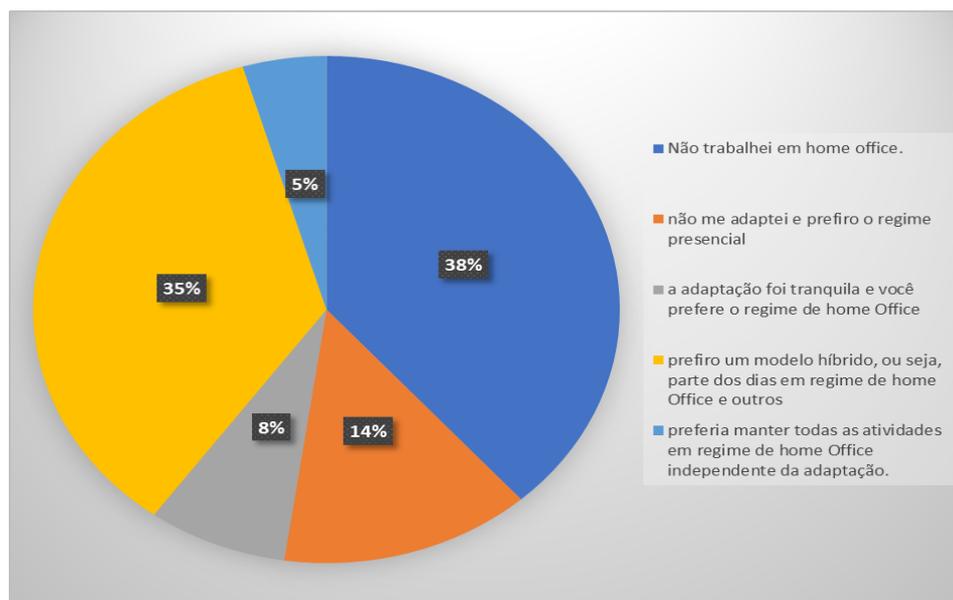
Dentre as questões respondidas destaca-se a avaliação do **relacionamento entre colegas (dimensão horizontal) e diálogo institucional (dimensão vertical)**. Quando perguntados sobre o relacionamento entre colegas, 55% (cinquenta e cinco por cento) dizem ter boa ou excelente relação. Já quando perguntados sobre a relação coma empresa, 56% (cinquenta e seis por cento dos funcionários indicam boa relação/diálogo com a chefia.



Um outro ponto interessante da pesquisa é em relação ao **investimento em treinamentos** que sempre teve índices não muito altos em pesquisas anteriores e nesta pesquisa 66% respondem afirmativamente quando perguntados.



Mantivemos no questionário de 2022 pergunta sobre o home office, retorno presencial e preferências do corpo administrativo. Considerando que os funcionários permaneceram 2 anos em um modelo de trabalho totalmente excepcional e que este modelo revelou vantagens e desvantagens, a CPA considerou relevante manter pergunta sobre o corpo técnico. A resposta vem de que a maioria prefere um modelo híbrido, em que parte dos dias permaneçam em home office e outros em atividade presencial (35% - trinta e cinco por cento), enquanto que 13% (treze por cento) preferem o trabalho todo presencial.



3.4 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

A Faculdade vem ao longo dos anos desenvolvendo uma série de políticas institucionais que se somam ao projeto pedagógico. Ressaltam-se as **políticas de mérito e programa de monitoria**.

Durante todo o ano de 2022, 62 (sessenta e dois) alunos participaram das atividades de monitoria, sendo 21 (vinte e um) alunos bolsistas e 41 (quarenta e um) alunos voluntários. A monitoria se constitui em elemento formativo no processo educacional e a Faculdade tem mantido e ampliado o programa com bolsas a cada ano incentivado a realização dessas atividades.

MONITORIA 2022	
Monitores Bolsistas	21
Monitores Voluntários	41
Total	62

O Núcleo de Iniciação Científica da IES atua como complementar aos processos pedagógicos de ensino-aprendizagem desenvolvidos em sala e tem como objetivo fomentar a iniciação científica por meio da produção individual ou coletiva de estudos, além de propiciar ao estudante, desde o início da sua formação acadêmica, a reflexão sobre os problemas

cotidianos e o enfrentamento destes. Em 2022 as atividades do núcleo tiveram retorno presencial, assegurando a continuidade das pesquisas feitas. Entre as atividades que são desenvolvidas, estão: elaboração de revistas e cartilhas, elaboração de relatórios com diagnóstico e proposição da realidade social, concursos de artigos e monografias, seminários, palestras, aplicação de questionários junto à comunidade, entre outras. Mais adiante é apresentado o rol dos grupos em funcionamento na Faculdade.

Atualmente diversos grupos de pesquisa estão ativos em diferentes áreas de pesquisa, de modo a possibilitar que os discentes desenvolvam as suas potencialidades acadêmicas e experimentem a pesquisa, desdobrando em artigos ou relatórios com possibilidade de publicação em revistas científicas e participação em eventos acadêmicos. São os seguintes grupos de pesquisa ativos:

✓ **Grupos de Iniciação Científica:** Seletividade e racismo no direito penal brasileiro (Coord. Prof^a. Dr^a. Daniela Portugal); Educação e direito digital (Coord. Prof. Dr. Maurício Requião); Jurimetria e justiça racial (Prof. Dr. Daniel Nicory, Prof. Msc. Diogo Guanabara e Prof. Dr. Vinícius Assumpção); Corte Interamericana de Direitos Humanos (Prof. Dr. Thiago de Carvalho Borges); Crises da democracia e autoritarismo no Brasil (Prof. Dr. Geovane Peixoto).

✓ **Atividades de Extensão:**

▪ **Direito na Escola** (Coord. Prof^a. Cláudia Albagli) – Projeto desenvolvido desde 2013, que tem como proposta levar conhecimentos básicos de cidadania a alunos da rede pública estadual. Tratando de temas de interesse social, apresentados pelos estudantes da Faculdade Baiana de direito, através de linguagem simplificada e uso de recursos artísticos e visuais, o projeto atende a um compromisso social da instituição e pretende colaborar com a formação cidadã, ao mesmo tempo que tem uma função formativa para os alunos. Em 2022.2 o projeto retoma seu formato presencial e leva às escolas públicas temas como direitos eleitorais, direito ao nome e imagem e violências contra a mulher.

▪ **Cortes simuladas** – São competições com calendário anual e, em regra, etapas brasileira e internacional, que exigem, ao mesmo tempo, rotina prévia de pesquisa e preparação e, no

momento da competição, o desenvolvimento de importantes habilidades profissionais, como desenvoltura oral, raciocínio lógico e lastro argumentativo consolidado.

- ✓ Philip. C. Jessup International Law Moot Court Competition (Coord. Prof. Thiago Borges);
- ✓ Competição Brasileira de Arbitragem Empresarial - CAMARB (Coord. Prof. Ruy Andrade);
- ✓ Competição Brasileira de Arbitragem em Agronegócio - CAMAGRO (Coord. Prof. Vitória Carolina de Moraes Almeida);
- ✓ Direito Tributário – TAX MOOT COMPETITION (Coord. Prof. Daniel Oitaven e Alessandra Oitaven Pearce);
- ✓ Competições de Processo Civil (Coord. Prof. Tarsis Cerqueira e Luiz Lessa)
- ✓ Vis Moot Court Competition (Coord. Prof. Thiago Borges);
- ✓ Meeting de negociação e mediação (Coord. Prof. Matheus Guanabara e Fernanda Cabral Moreira de Pinto);

Além dos grupos de iniciação científica, atividade de extensão e das competições de cortes simuladas, é necessário considerarmos as entidades organizadas pelos discentes e fomentadas pela instituição, o que demonstra a interação destes com o espaço acadêmico e a iniciativa de extensão do aprendizado para fora do espaço da sala de aula. Três delas possuem espaço próprio na Faculdade (C.A., Atlética e Alfa Empresa Júnior). São entidades atualmente em atividade na Faculdade:

- ❖ Alfa Empresa Júnior;
- ❖ Atlética Baiana;
- ❖ Centro Acadêmico Eduardo Espínola;
- ❖ Liga acadêmica Baiana de estudos civis;
- ❖ Liga de empreendedorismo da Faculdade Baiana de Direito;
- ❖ Liga baiana de direito público;
- ❖ Liga baiana de ciências criminais;
- ❖ Liga baiana de direito processual civil.

Há ainda incremento dos investimentos para a manutenção e o aperfeiçoamento de obras e periódicos de divulgação científica e intelectual (revistas), visando à ampliação da produção docente, assim como a atualização do quadro de carreira docente, para incentivo ao desenvolvimento da carreira profissional. É o caso da consultoria contratada pela Faculdade Baiana para auxiliar no desenvolvimento das metodologias ativas.

Por fim, a própria avaliação institucional é parte fundamental desse caminho de organização e gestão da Instituição, sempre tendo em vista o incremento dos serviços e das ações institucionais. A prática da avaliação é vista como um diferencial importante nos processos decisórios, permitindo, portanto, uma ampla atuação da CPA como instrumento de diagnóstico para a tomada de decisão. É uma memória institucional que engloba as ações gerenciais e as atividades pedagógicas.

A **Sustentabilidade Financeira** é baseada numa estrutura de custos e de Plano de Contas que interage com cada Centro de Custos. Como resultado desse ordenamento, a IES obtém equilíbrio econômico-financeiro, gestão de caixa e orçamento baseada em metas e boas práticas de gestão, além de investimento contínuo na infraestrutura, capaz de promover um projeto educacional organizado, moderno, inovador, dinâmico e autossustentável. Igualmente vem representada, respeitados os limites estabelecidos no Regimento Interno, pela Mantenedora, a quem compete promover os meios adequados de funcionamento das atividades da Instituição, colocando-lhe à disposição os bens móveis e imóveis de seu patrimônio, ou de terceiros a ela cedidos e assegurando-lhe suficientes recursos financeiros de custeio para cumprir as ações institucionais propostas

À Mantenedora reserva-se a administração orçamentária da Faculdade, podendo delegá-la, no todo ou em parte, ao Diretor Geral, devendo este encaminhar, mensalmente, um relatório circunstanciado de todas as receitas e despesas ocorridas no período. As decisões dos órgãos colegiados que importem aumento de despesas são submetidas à apreciação do conselho consultivo.

A Faculdade Baiana de Direito e Gestão desde 2008 não recebe qualquer aporte da Mantenedora, sendo capaz de suportar com as receitas próprias as despesas correntes administrativas, impostos e obrigações, salários e investimentos. O contexto econômico-financeiro fica ainda mais visível quando se analisa o perfil de adimplemento da IES, não havendo no histórico nenhum episódio de inadimplência ou atraso nos pagamentos.

As mensalidades do curso de graduação em Direito constituem a principal fonte de receita da Faculdade Baiana de Direito e Gestão. Os recebimentos sob esta rubrica representam cerca de 80% (oitenta por cento) da receita total, os quais, se necessário fosse,

permitiriam praticamente o custeio do funcionamento da Instituição, representando aproximadamente 91% (noventa e um por cento) das despesas totais.

Além das receitas com mensalidades da graduação, pós-graduação e referentes aos repasses do Fundo de Financiamento Estudantil pelos estudantes que possuem contrato, são praticadas taxas de serviços acadêmicos para a realização de segundas chamadas, emissão de atestados e declarações, cartas de apresentação, segundas-vias de comprovante de matrícula, matrizes curriculares autenticadas, históricos, certidões de estudo, planos de ensino, trancamentos, transferências de turno, segundas vias de certificados de conclusão do curso e segundas vias de diplomas. O recebimento por esses serviços, adicionados do valor de multas por atraso na devolução de livros da biblioteca, é da ordem de 0,9% (zero vírgula nove por cento) do total de receitas.

Como complemento ao conteúdo do curso de graduação, a Instituição oferta cursos de extensão, com cargas horárias variadas, que contemplam não só assuntos e ferramentas da prática do direito, mas também habilidades acessórias. Todos os cursos somados representam 0,4% (zero vírgula quatro por cento) das receitas totais.

Ao longo do ano de 2022 as IES brasileiras seguiram registrando queda de matrículas nos cursos presenciais e crescimento nas matrículas EAD. A concorrência no primeiro ano pós restrições da pandemia de Covid-19 ficou ainda mais acirrada, especialmente nos formatos *live learning*, híbrido e de aulas 100% gravadas, além do aumento da oferta de descontos em cursos presenciais pelas IES que passaram por processos de fusão nos últimos 3 anos.

Apesar desse contexto desafiador, a Faculdade Baiana de Direito e Gestão manteve uma base de alunos que assegurou a sua sustentabilidade financeira e a manutenção dos projetos de expansão dos cursos de pós-graduação para o ano de 2023.

Por fim, como instituição socialmente responsável, a Faculdade Baiana de Direito possui algumas parcerias com instituições e empresas, visando elaboração e implementação de projetos essenciais à integração da Instituição de Ensino Superior com a comunidade na qual está inserida. Esses projetos são fundamentais, também, para o aperfeiçoamento dos

discentes, além de contribuir para a formação humanística e ética dos futuros profissionais. Dentre os convênios firmados, estão as parcerias com a Universidade de Lisboa, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP) e a Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro para o intercâmbio entre os estudantes, assim como a parceria com diversas Organizações não Governamentais para a realização de trabalhos voluntários e com instituições públicas e privadas para a oferta de estágios.

No ano de 2022 com a retomada das atividades presenciais foram os convênios também retomados pelo o Núcleo de Acompanhamento ao Discente.

Em relação ao estágio, todo acompanhamento de parceria para estágio é feito pelo Núcleo de Prática Jurídica, assim como as parcerias com instituições de ensino e Organizações não governamentais são feitas pelo Núcleo de Acompanhamento ao Discente. Um dos objetivos da IES é de sempre implantar e renovar projetos de parceria e convênios que assegurem a prática profissional dos estudantes junto às empresas e organizações da região, bem como manter programas de apoio e orientação aos alunos, promovendo o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e facilitação para o ingresso no mercado de trabalho.

A biblioteca está frequentemente sendo atualizada e a Faculdade pretende ampliá-la, no intuito de transformá-la em um espaço ainda mais amplo de pesquisa e aprendizagem para leitura, produção de texto, metodologia do trabalho científico e de técnicas de auto-aprendizado. No ano de 2022, por exemplo, foram adquiridos 158 (cento e cinquenta e oito) títulos e 426 (quatrocentos e vinte e seis exemplares). Possui, atualmente, um acervo de aproximadamente 40.000 (quarenta mil) livros distribuídos entre o acervo próprio e acervo particular de docentes da Instituição que lá depositam disponibilizando a toda comunidade discente e público externo frequentador.

4. PÓS-GRADUAÇÃO

O Núcleo de Pós-graduação da Faculdade Baiana de Direito está em funcionamento desde 2013, sendo criada com 6 (seis) cursos e estando atualmente com 11 (onze) cursos e

aproximadamente 450 (quatrocentos e cinquenta) alunos. Este número não é exato em virtude dos quantitativos variáveis entre matrículas suspensas e desistências. São os cursos de pós-graduação atualmente em atividade:

- ❖ Direito Público;
- ❖ Ciências criminais;
- ❖ Premium em Direito Processual Civil;
- ❖ Direito Imobiliário e prática extrajudicial mobiliária;
- ❖ Direito Digital;
- ❖ Direito e Prática Previdenciária;
- ❖ Direito médico, da saúde e bioética;
- ❖ Licitações e contratos administrativos.

As aulas são em regra quinzenais à exceção de cursos com aulas a cada 20 dias (imobiliário e licitações e contratos). O processo de avaliação institucional na pós-graduação ocorre a cada semestre, em virtude da sazonalidade das turmas, sendo realizada avaliação por disciplina e institucional.

Nas avaliações por disciplina aplica-se questionário ao final de cada conjunto de aulas, avaliando aspectos pedagógicos, bem como cumprimento do conteúdo estabelecido. Em virtude da grande quantidade de cursos e disciplinas, torna-se impossível fazer aqui uma exposição pormenorizada dos resultados das avaliações, colocando à disposição as planilhas para consultas que se façam necessárias, sendo, portanto, anexo do presente relatório.

Para a pós-graduação, adotou-se questionário semelhante ao da graduação, guardada as peculiaridades do curso de pós-graduação.

Na Baiana Business, núcleo que oferece cursos MBA, estão hoje ativos seis cursos diferentes:

- MBA em gestão e equipes de alta performance;
- MBA premium em engenharia de negócios e gestão de empresas;
- MBA Inteligência de mercado, marketing estratégico e mídias digitais;

MBA executivo em gestão de organizações de saúde- negócios de saúde, qualidade, segurança, auditoria e certificações na área de saúde;

MBA premium em gestão de escritórios de advocacia e departamentos jurídicos;

MBA em controladoria, gestão de riscos e compliance financeiro.

Tanto no MBA como na pós graduação o desafio na avaliação parece ser o engajamento dos alunos em atender ao questionário, respondendo e colaborando com as medidas de aperfeiçoamento.

5 - ANÁLISE DOS DADOS E DAS INFORMAÇÕES

O processo de avaliação, durante o primeiro semestre, partiu de reuniões entre os membros da Comissão Própria de Avaliação voltadas à discussão dos questionários e depois a repensar o processo avaliativo diante da suspensão das aulas presenciais e da mudança das rotinas institucionais. Assim, no primeiro semestre, procedeu-se com a avaliação online junto à comunidade discente e no segundo semestre a avaliação por parte dos docentes e corpo técnico.

Com esse intuito, como dito no início, realizou-se uma campanha de divulgação do processo de avaliação e a reformulação dos questionários considerando a consolidação do retorno presencial e as mudanças definitivamente incorporadas às rotinas acadêmicas. O objetivo é sempre manter a seriedade do processo avaliativo e o intuito colaborador com as decisões estratégicas da instituição de ensino.

5.1 AÇÕES COM BASE NA ANÁLISE

Superadas a exposição dos dados levantados, passamos àquele que deve ser o propósito da avaliação institucional: conhecer e compreender para melhorar. É fornecer elementos – dados da realidade e reflexões – para fundamentar ações proativas da instituição, como nos lembra José Dias Sobrinho¹.

¹ DIAS SOBRINHO, José. Qualidade e garantia de qualidade: acreditação da educação superior. In: ROTHEN, José Carlos; BARREYRO, Gladys Beatriz (org.). **Avaliação da educação**: diferentes abordagens críticas. São Paulo: Xamã, 2011. p. 17-41.

Através da CPA, busca-se a continuidade dos processos institucionais e a formação de uma memória relativa a ações gerenciais e atividades pedagógicas. Assim sendo, em regra, neste item, desenvolvemos proposições em relação a infraestrutura, comunicação, processo avaliatório e questões pedagógicas.

Com base nos dados colhidos na avaliação institucional de 2022, sugerimos como possíveis medidas a serem adotadas pela Faculdade Baiana de Direito:

1) Desenvolver estudos e debates com o corpo estudantil em torno dos **modelos de avaliação, especialmente o provão** que aparece como ponto de insatisfação. Lembrar que esse modelo avaliativo foi suspenso ao longo dos dois anos de interrupção das aulas presenciais e o seu retorno se deu no ano de 2022, entendendo este como um dado importante diante da sazonalidade do público que é alcançado pelo provão, o que talvez justifique a avaliação. Esse, inclusive, já foi um ponto indicado em avaliações anteriores que foi objeto de debate e ajustes, podendo ser esta a via para organização.

2) **Incremento das metodologias ativas como recurso pedagógico**. Nas avaliações tanto dos estudantes como dos docentes este aparece como ponto a ser observado já que indica o uso ainda irregular desses instrumentos que, conforme PDI, constituem-se em diretriz do projeto institucional.

3) **Ampliação das possibilidades de atividades extraclasse**, especialmente aquelas de cunho extensionista.

4) **Acompanhamento constante do corpo docente** para análise das condições de exercício das atividades (saúde dos docentes e acompanhamento do sistema de ensino), uso devido da plataforma Ágata. No quesito saúde, as observações **estendem-se, por óbvio, ao corpo técnico-administrativo**, que igualmente teve rotinas modificadas, alguns passando a trabalhar de maneira híbrida, com longos períodos de permanência no computador.

5) **Realizar atividade de escuta do corpo discente com vistas a concretizar instrumentos avaliativos de diferentes formas**. Em 2021 realizou-se grupo focal com quatro estudantes de diferentes semestres do curso para escuta e debate de algumas das medidas implementadas em 2020 e 2021. O relatório desse encontro resultou questões levadas ao NDE e decididas como medidas para 2022. A sugestão é que a FDB siga recorrendo a mecanismos

de escuta como esses que colaboram para o aprimoramento das atividades e complementam esse instrumento avaliativo.

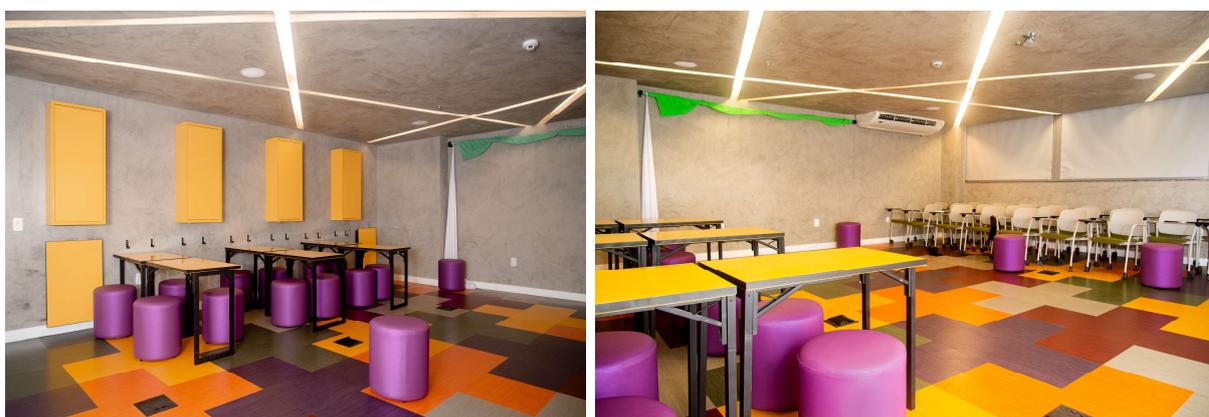
O processo de avaliação institucional é contínuo e permanente e deve ser pensado com diferentes possibilidades de abordagem da comunidade acadêmica que não apenas os questionários elaborados pela CPA.

5.2 MEDIDAS IMPLEMENTADAS

Em 2022 a Faculdade Baiana de Direito passou por importante processo de reorganização das suas atividades frente às mudanças operadas ao longo dos anos de 2020 e 2021. Estas, além de estruturais, referem-se também a aspectos pedagógicos que foram repensados diante das novas lógicas e demandas dos estudantes pós-pandemia.

Assim, enumeramos as principais medidas:

1) **Infraestrutura** – Criação da sala maker que funciona como laboratório de apoio às atividades acadêmicas, servindo à gravação de aulas, vídeos, desenvolvimento de atividades em grupo e estando à disposição da comunidade como todo para uso nas atividades acadêmicas.



2) **Implantação do CAAPE (Centro de Acolhimento e Acompanhamento Psieducacional)** – O CAAPE decorre de uma iniciativa da Coordenação Acadêmica juntamente com o Núcleo de Psicopedagogia da instituição para auxílio e acompanhamento da comunidade estudantil, de docentes e técnicos. Entendendo a crescente demanda dos estudantes por acompanhamento psicológico e psicopedagógico, assim como a necessidade de

medidas que transcendam o atendimento individualizado, surge a CAAPE que conta com um escopo mais robusto, equipe ampliada e novos projetos para atender as demandas de alunos, professores e funcionários.

3) **Mudança curricular** – ao longo do ano de 2022 o Núcleo Docente Estruturante (NDE) reuniu-se periodicamente para discussão e aprovação de mudanças no currículo da graduação. Estas mudanças decorrem da necessidade de adaptação do curso em razão curricularização da extensão (Resolução CNE 07/2018). Além da adaptação da carga horária do curso para atendimento à referida Resolução, ainda foram pontos considerados na reforma: redimensionamento dos componentes obrigatórios dando maior flexibilidade ao currículo e, por consequência, oferta de componentes optativos atualmente não incorporados à estrutura curricular. Inclusão de conteúdos relacionados a demandas contemporâneas da formação jurídica, tais como: direito e diversidade, marketing jurídico, direito imobiliário e direito do agronegócio. A mudança curricular foi implementada em 2023.1.

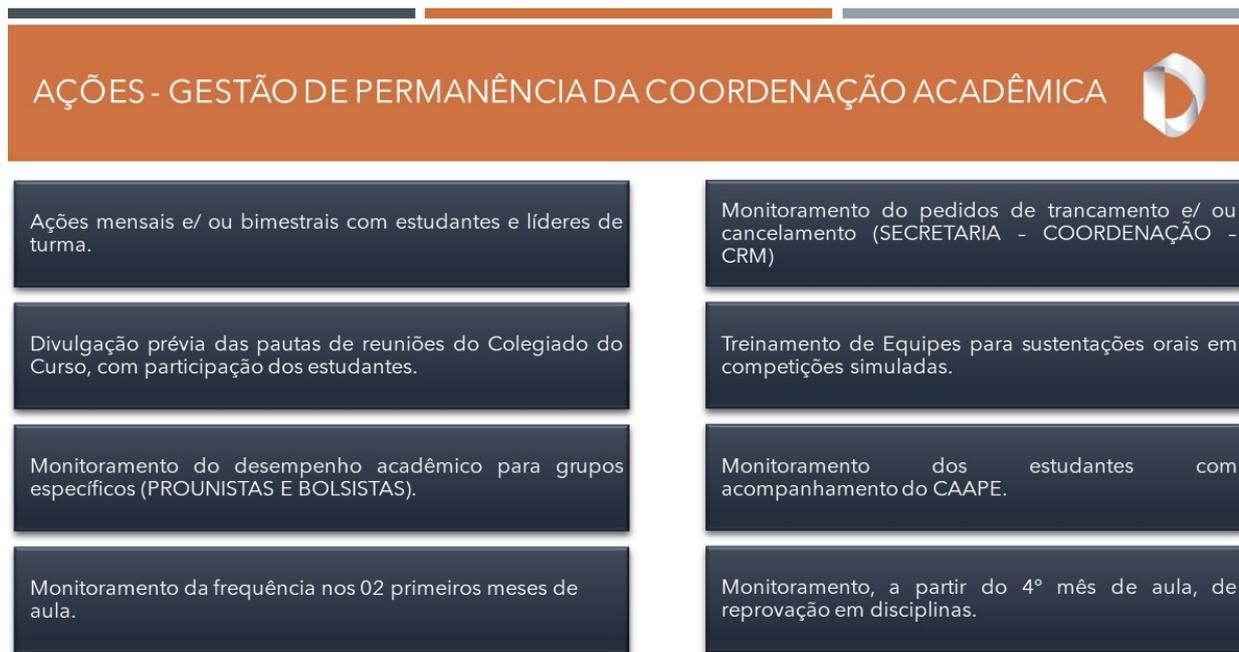
4) **Núcleo de Empregabilidade** – O Núcleo de empregabilidade surge a partir da desmembramento do Núcleo de Apoio ao Estudante que ficou com os estágios e acompanhamento dos trabalhos de conclusão de curso. O Núcleo de Empregabilidade tem como função acompanhar os egressos auxiliando na formulação de currículos, parcerias com escritórios, empresas e outros espaços de empregabilidade dos bacharéis egressos da Faculdade Baiana de Direito.

5) **Proposta de mestrado profissional** – No ano de 2022 a FBD apresentou proposta de mestrado profissional em gestão de sistemas de justiça e de mecanismos de efetivação dos direitos que se encontra em fase de avaliação e aprovação junto a CAPES. A proposta do mestrado vem para complementar o projeto acadêmico da Faculdade Baiana de Direito e pretende atender a uma formação profissionalizante daqueles que atuam nas mais diferentes áreas jurídicas.

6) **Reformulação do Regimento do Trabalho de Conclusão de curso** – através da formação de uma comissão composta por docentes e alunos foi modificado o regimento dos trabalhos de conclusão de curso (TCC). Além de atender a uma demanda indicada em

avaliações anteriores, a medida coloca a realização dos TCC em consonância com novas possibilidades de pesquisa e formulação de trabalhos compatíveis com o ensino jurídico.

7) **Gestão de Permanência da Coordenação Acadêmica** – a gestão de permanência da coordenação acadêmica vem com dois propósitos: avaliar as demandas pedagógicas a partir dos indicadores gerados e estreitar relações com o corpo discente, promovendo debates



encaminhado ao Presidente da Mantenedora, ao Diretor Administrativo-Financeiro, à Coordenadora Administrativa, à Coordenação do Curso e debatido com a comunidade acadêmica a fim de buscar alternativas para empreender, da melhor forma possível, o projeto e missão da Faculdade Baiana de Direito.

Salvador, 22 de março de 2023.

Cláudia Albagli Nogueira Serpa
Coordenadora da CPA e membro do corpo docente

Jacqueline Andrade Moura

Membro do corpo técnico-administrativo

Maria Eduarda Barreto

Membro do corpo discente

Lucca Nascimento

Membro representante da comunidade